



1 **ATA DA 103ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**
2 **RECURSOS HÍDRICOS – CEHIDRO.**

3 Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às 14h15min,
4 por videoconferência, através da plataforma Zoom, ocorreu a 103ª Reunião
5 Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte
6 pauta: 1. Conferência de quórum; 2. Aprovar a Ata da 102ª Reunião Ordinária; 3.
7 Deliberar quanto a Prestação de Contas do FEHIDRO - período SET/2022 a
8 AGO/2023; • PARECER CTAF 02/2023. • Minuta de Resolução CEHIDRO nº 170,
9 de 09 de novembro de 2023, que aprova a prestação de contas do período de
10 setembro de 2022 a agosto de 2023 do Fundo Estadual de Recursos Hídricos –
11 FEHIDRO. 4. Deliberar quanto a minuta de Resolução CEHIDRO nº 171, de 09 de
12 novembro de 2023, que aprova o Plano de Aplicação do Fundo Estadual de
13 Recursos Hídricos – FEHIDRO para o ano de 2024; • PARECER CTAF 02/2023; 5.
14 Deliberar quanto a minuta de Resolução CEHIDRO nº 172, de 09 de novembro de
15 2023, que aprova a ampliação e consequente alteração da denominação do Comitê
16 de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da Margem Esquerda do Rio Cuiabá, criado
17 pela Resolução nº. 47, de 13 de setembro de 2012 e instalado pela Resolução nº
18 77, de 14 de maio de 2015; • PARECER CTGPar 05/2023; 6. Deliberar quanto a
19 minuta de Resolução CEHIDRO nº 173, de 09 de novembro de 2023, que aprova o
20 calendário de reuniões do ano de 2024; 7. Deliberar quanto ao PROCESSO N.
21 1008734-11.2023.8.11.0041 - Ação Civil Pública (áreas úmidas/ Resolução
22 CONSEMA nº 45/2022); 8. Informes. A reunião foi presidida pelo Secretário
23 Executivo, Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli e, assessorado pela Sra. Danielly
24 Guia da Silva, secretária do CEHIDRO. Registrou a presença dos seguintes
25 Conselheiros: Sra. Ellen Kenia Kuntze Pantoja, representante da **SEMA**; Sr. Rafael
26 Vinicius Rodrigues, representante da **SINFRA**; Sr. Rogerio da Costa Arantes,
27 representante da **SEAF**; Sra. Telma Luzia Monteiro, representante da **SES**; Sra.
28 Camila Bez Batti Souza, representante da **SEDEC**; Sr. Herman Menezes Cathalat
29 Filho, representante do **CREA**; Sr. Ibraim Fantin da Cruz e Sr. Frederico Terra de
30 Almeida, representantes da **UFMT**; Sr. Francisco Lledo dos Santos, representante
31 da **UNEMAT**; Sra. Suzan Lannes de Andrade, representante da **ABES**; Sr. José





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

32 Roberto Ribeiro, representante da **ABAS**; Sra. Pamela Natália Cigerza Martins
33 Alegria, representante da **OAB**; Sra. Pâmela Sangaleti de Souza, representante da
34 vaga 01 dos **CBH-RH Amazônica**; Sra. Aparecida Scatambuli Sicuto e Sra. Ethiane
35 Agnoletto, representantes da vaga 02 dos **CBH-RH Amazônica**; Sra. Cristhiane
36 Vasconcelos de Souza Rosa, representante da vaga 01 dos **CBH-RH Tocantins-**
37 **Araguaia**; Sr. Adriano Voigt, representante da vaga 02 dos **CBH-RH Tocantins-**
38 **Araguaia**; Sr. Eduardo Morgan Uliana, representante da **ABRHidro**; Sr. Rodrigo
39 Gomes Bressane e Sr. Walter Corrêa Carvalho Junior, representantes do **IESCBAP**;
40 Sra. Anny lasmin Souza Dornelles, representante da **FAMATO**; Sra. Kálita Cortiana
41 Seidel, representante da **FIEMT**; Sr. Marcelus Mesquita, representante do
42 **SINDENERGIA/MT**; Sr. Ilvanio Martins, representante da **ECOTRÓPICA**; Sr. João
43 Clímaco Soares de Mendonça Filho, representante do **FONASC**; Sra. Selma Arruda
44 Cordeiro, representante do **Instituto Ação Verde**; Sra. Alessandra Panizi Souza e
45 Sr. Gabriel Dionísio Mancilla, representantes da **APROFIR**; Sra. Leonice de Souza
46 Lotufo, representante do **ITEEC BRASIL**; e, Sra. Juliana Freitas de Araújo,
47 representante da **AGEMAT**. O Presidente declara aberta a reunião e passa a
48 conferência do quórum. Na sequência, coloca em deliberação a aprovação da ata
49 da 102ª Reunião Ordinária do CEHIDRO. A conselheira Ellen Pantoja pede a
50 palavra. Diz que tem uma observação a fazer quanto as informações de processos
51 do Siga Hídrico analisados. Esclarece que o número informado de 3.239 processos
52 analisados inclui os processos físicos. Sendo o valor correto, o de 2.153 processos
53 analisados no sistema Siga Hídrico até o momento pela GASUB e GOUT. O
54 Secretário Executivo diz que a observação será registrada na ata da presente
55 reunião. Por fim, a ata da 102ª Reunião Ordinária do CEHIDRO restou aprovada,
56 por unanimidade, sem nenhuma alteração. Na sequência, passou-se ao próximo
57 item da pauta, a deliberação quanto a Prestação de Contas do FEHIDRO - período
58 SET/2022 a AGO/2023. O Secretário Executivo expõe que a Prestação de Contas
59 do FEHIDRO foi apresentada na Câmara Técnica de Acompanhamento do Fundo
60 Estadual de Recursos Hídricos – CTAF, que emitiu o PARECER CTAF 02/2023.
61 Passa a palavra a conselheira Kálita Cortiana Seidel, presidente da CTAF. A Sra.
62 Kálita expõe o conteúdo do parecer, que recomenda a aprovação da minuta de





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

63 Resolução CEHIDRO nº 170, de 09 de novembro de 2023, que aprova a prestação
64 de contas do período de setembro de 2022 a agosto de 2023 do Fundo Estadual de
65 Recursos Hídricos – FEHIDRO. O Secretário Executivo salienta que o processo nº
66 SEMA-PRO-2023/26982, que contém todas as informações da prestação de contas
67 do período de setembro de 2022 a agosto de 2023 do Fundo Estadual de Recursos
68 Hídricos – FEHIDRO, informações estas prestadas pelo setor de contabilidade da
69 SEMA, foi encaminhado com antecedência para conhecimento de todos, assim
70 como a minuta de Resolução CEHIDRO nº 170, de 09 de novembro de 2023 e o
71 PARECER CTAF 02/2023. Colocada em votação, a minuta de Resolução CEHIDRO
72 nº 170, de 09 de novembro de 2023, restou aprovada por unanimidade, sem
73 nenhuma alteração. Após, passou-se a deliberação quanto a minuta de Resolução
74 CEHIDRO nº 171, de 09 de novembro de 2023, que aprova o Plano de Aplicação
75 do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO para o ano de 2024. O
76 Secretário Executivo expõe que o Plano de Aplicação do Fundo Estadual de
77 Recursos Hídricos – FEHIDRO também foi apresentado na CTAF, que emitiu o
78 PARECER CTAF 02/2023, recomendando sua aprovação. Salienta que as ações
79 foram determinadas de acordo com o decidido pelo CEHIDRO, 80% - Programa de
80 Gerenciamento, Controle e Conservação de Recursos Hídricos; 15% - Programa de
81 Monitoramento Hidrometeorológico e de Qualidade da Água; e, 5% - Programa de
82 Apoio aos Comitês de Bacia. Colocada em votação, a minuta de Resolução
83 CEHIDRO nº 171, de 09 de novembro de 2023, restou aprovada por unanimidade,
84 sem nenhuma alteração. Na sequência, passou-se ao próximo item da pauta,
85 deliberar quanto a minuta de Resolução CEHIDRO nº 172, de 09 de novembro de
86 2023, que aprova a ampliação e consequente alteração da denominação do Comitê
87 de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da Margem Esquerda do Rio Cuiabá, criado
88 pela Resolução nº. 47, de 13 de setembro de 2012 e instalado pela Resolução nº
89 77, de 14 de maio de 2015. O Secretário Executivo expõe que o assunto foi tratado
90 na Câmara Técnica de Gestão Participativa – CTGPar, que emitiu o PARECER
91 CTGPar 05/2023. Passa a palavra ao Sr. Leandro Obadowiski Bruno, presidente da
92 CTGPar. O Sr. Leandro Obadowiski diz que a CT analisou a documentação
93 apresentada pelo Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes da Margem Esquerda





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

94 do Rio Cuiabá. Salaria que a documentação inclui a proposta de regimento interno,
95 a área de atuação com a nova área de abrangência, as justificativas para essa
96 solicitação e as cartas de apoio das entidades interessadas na ampliação do Comitê
97 de Bacia. Diz que ao longo das reuniões e considerando as discussões que
98 ocorreram durante essas reuniões, a CT votou pela aprovação da extensão
99 territorial da UPG P4 Alto Rio Cuiabá, conforme a Resolução nº 005, de 18 de
100 agosto de 2006, e pela alteração de denominação para Comitê de Bacia
101 Hidrográfica do Alto Rio Cuiabá – CBH ALTO CUIABÁ (P-4). Apresenta visualmente
102 através de um mapa a atual área do CBH e a área de ampliação. Agradece a
103 presença da Sra. Suzan Lannes de Andrade, presidente do CBH ALTO CUIABÁ e
104 da professora Eliana B. N. Rondon Lima, secretária do CBH ALTO CUIABÁ.
105 Convida a professora Eliana Rondon a fazer uma breve fala a respeito da ampliação
106 do CBH. A professora Eliana Rondon expõe que o CBH buscou recursos junto ao
107 Ministério Público para a elaboração do plano de bacia, e esse plano teve início no
108 final do ano de 2021 e agora estamos na fase de consulta pública, de colocar o
109 produto diagnóstico em consulta pública. Então, esse momento que estamos
110 vivendo aqui de apreciação do Conselho é muito importante, porque nós temos
111 questões que não conseguem se separar. Não adianta ter saneamento de um lado
112 do rio e não ter saneamento do outro lado. E nós temos questões muito próprias da
113 bacia que requer essa visão mais integrada. Salaria que a efetividade do plano
114 depende da ampliação da área do CBH, pois ao final do plano nós teríamos que
115 fazer um recorte e entregar para o Comitê tomar decisão em relação as ações da
116 sua área de abrangência e teríamos que entregar para o CEHIDRO tomar decisão
117 quanto as demais áreas, o que não faria muito sentido. Convida os presentes a
118 participarem das reuniões públicas que ocorrerão nos dias 14, 15 e 16 de novembro,
119 nos municípios de Livramento, Várzea Grande e no dia 17/11 em Nobres. O
120 Secretário Executivo solicita que a Sra. Eliana Rondon encaminhe os convites para
121 que sejam compartilhados com todos os parceiros. O conselheiro João Clímaco
122 pede a palavra. Cumprimenta a todos e em especial a professora Eliana. Diz que
123 teve a oportunidade de participar de algumas reuniões, e que a professora merece
124 esse cumprimento especial pelo fato de conduzir as demandas de uma maneira





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

125 muito tranquila e competente. Diz estar com uma dúvida, pergunta se nesse
126 processo de audiências públicas se pode contemplar também uma audiência
127 específica ao segmento dos pescadores. Tendo em vista que, a agenda das
128 reuniões até agora tem sido muito contemplando a participação dos usuários e
129 mesmo os pescadores como categoria que é tida como usuário, a gente entende
130 que eles são uma categoria profissional e está no final da cadeia produtiva da pesca,
131 e que tem sido ultimamente muito afetada por decisões da subestrutura do poder
132 regional. Salaria que esse segmento que tanto tem se manifestado e se colocado
133 como categoria profissional e social, frente aos desmandos de iniciativas que têm
134 sido feitas ali pelo governo estadual, em prejuízo dessa categoria. Diz que outra
135 dúvida, é quanto a área do rio Cuiabá, que não se lembra onde exatamente, ela tem
136 essa posição na divisão dos estados Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A
137 professora Eliana Rondon diz que vai responder primeiro essa questão dos
138 pescadores. Diz que o plano, durante sua elaboração, tem trabalhado muito de perto
139 ouvindo as comunidades. Destaca que foi realizada uma expedição, da qual
140 membros do Comitê participaram, como o conselheiro Walter Junior. Foi uma
141 expedição capitaneada pela Assembleia, mas que contou com a participação de
142 muitas instituições. E nesse momento dessas expedições, tivemos a oportunidade
143 de ter a equipe por terra em que nós tivemos nas comunidades ouvindo assim muito
144 de perto, mais do que ouvir também encaminhamos formulários preencheram
145 questões, para que a gente compreendesse a percepção dos problemas. Então
146 assim, o plano tem estado muito atentamente ouvindo as diferentes percepções dos
147 setores, dos usuários, das comunidades. Diz que a reunião pública consolida esse
148 momento de complementar o documento que ficará exposto no site onde se tem um
149 alcance maior, mas a nossa questão de fazer essas reuniões públicas foi
150 exatamente isso de tentar chegar mais perto de áreas em que nós não tínhamos
151 feito um contato. Então, que a representação dessas comunidades, seja de
152 pescador ou de outros tipos de comunidades, que se façam presente. Estão sendo
153 convidadas e a gente busca essa participação mais efetiva. Então, a gente acredita
154 que nessas reuniões públicas nós vamos conseguir ter, ouvir e apresentar também
155 tudo aquilo que foi levantado durante esse período em forma de diagnóstico,





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

156 mostrar esse retrato e checar com as representações se aquilo que está levantado
157 é isso mesmo, ou se tem outros itens que não foram abordados ou na profundidade
158 necessária. Então, é a oportunidade que a gente tem de ter essa resposta do
159 documento que foi formulado até o momento. Ressalta que o documento foi
160 formulado com bastante trabalho de campo, ainda que não fosse dentro do escopo
161 do plano o levantamento de dados primários, mas a gente foi a campo levantar
162 dados de qualidade, de quantidade, percepção da sociedade, do usuário, reuniões
163 com os usuários da Federação da indústria. Então, a gente teve essa amplitude
164 bem grande durante esse processo. Acredita que o documento construído
165 consegue representar se não a totalidade, pelo menos chega bem próximo do que
166 acontece. Destaca que com relação aos prestadores de serviço de abastecimento
167 de água e esgotamento sanitário, tanto os prestadores públicos quanto privados,
168 foram ouvidos, em busca de entendermos quais são seus maiores problemas, seus
169 maiores gargalos. Então, a gente chega nesse momento da consulta pública com
170 uma certa tranquilidade. Destaca saber, que não se faz tudo, e nem se atinge a
171 todos, mas que nós buscamos esforços para avançar e ir na fonte ouvir as pessoas
172 e obter dados também porque esse é outro grande ponto, e validar esses dados.
173 Diz que um fato muito importante também que o plano da bacia buscou, foi fazer
174 essa integração com o plano da região hidrográfica do Alto Rio Paraguai, para que
175 a gente pudesse falar a mesma língua. Salaria que essa interação ocorreu e está
176 ocorrendo de forma muito efetiva, e isso vai poder ser mais claramente observado
177 nesse momento do enquadramento, porque o Rio Cuiabá foi escolhido como a área
178 da bacia, o Rio da bacia, para que se fizesse a proposição do enquadramento.
179 Salaria que são muitas ações de interação que a gente procurou, por isso acredita
180 que a reunião pública conseguirá refletir isso. O conselheiro João Clímaco solicita
181 a professora Eliana Rondon que uma das reuniões de audiências públicas seja
182 realizada na Federação dos Pescadores, pelo caráter institucional que tal iniciativa
183 vai transparecer e mais legitimidade, sem prejuízo do esforço muito bem conduzido
184 pela equipe de elaboração do estudo. A professora Eliana Rondon responde que se
185 pode fazer sim, mas que agora o compromisso da equipe é de fazer essas reuniões
186 públicas já estabelecidas pelos membros do Comitê. Salaria que depois do





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

187 diagnóstico, a equipe entra com os outros produtos para a consulta. Então, é um
188 processo que vai quase que em cadeia para que avance. No entanto, em nenhum
189 momento a equipe se retrai de ir, a gente está sempre aberto, porém nós temos um
190 prazo, e um cronograma a ser cumprido. O conselheiro João Clímaco diz que fará
191 uma solicitação formal para verificar a possibilidade. O Secretário Executivo destaca
192 que o CBH já definiu onde serão os encontros públicos, mas não quer dizer que a
193 Federação dos Pescadores não possa participar dos mesmos. E nos demais
194 produtos se possa ampliar a apresentação dos mesmos aos setores interessados.
195 O conselheiro Walter Junior pede a palavra. Diz que fez parte da expedição
196 mencionada pela professora Eliana e pôde ver a seriedade tanto dos problemas
197 quanto o compromisso do serviço e do resultado. Diz entender a preocupação do
198 conselheiro João Clímaco, porque os dois itens principais que foram levantados em
199 todas as comunidades que nós fomos, como a gente veio descendo desde a
200 nascente até lá em Barão de Melgaço, passando praticamente em todas as
201 comunidades possíveis. Foram as duas leis que estão em voga aí em discussão no
202 estado, que é a Lei da cota zero para transporte de peixe e Lei das usinas
203 hidrelétricas do Rio Cuiabá. E existe uma preocupação muito grande dos
204 pescadores ribeirinhos que vivem do peixe, então existe uma cadeia produtiva do
205 comércio e é um usuário legítimo e que tem que ser levado em consideração sim.
206 Diz acreditar que a gente teve uma energia cinética junto com a ANA, onde o nosso
207 trabalho e o trabalho da ANA foram ao encontro. Então, o enquadramento do Rio
208 Cuiabá justamente na UPG P4 se coincidiu. Foi essa escala piloto que eles
209 colocaram justamente no momento que nós estamos fazendo e contribuindo com
210 esse plano. Então assim, lá na expedição os pescadores apesar de eles não se
211 verem como usuário de recursos hídricos, até cheguei a comentar isso lá para o
212 deputado que a gente não tem nenhuma colônia dentro do Comitê de Bacia, apesar
213 disso eles colocaram todas as demandas, anseios e preocupações. E essa
214 demanda deles está sendo embutida sim, nessa parte de diagnóstico aí que estará
215 sendo entregue, se Deus quiser, até o fim do ano. Diz que a questão do
216 enquadramento do Rio Cuiabá, a gente fez duas reuniões com o pessoal da ANA,
217 e nós fizemos questão de comentar essa demanda dos pescadores. Salienta que





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

218 tudo isso foi levado para o enquadramento específico do rio Cuiabá, que é um Rio
219 federal. Então, o certo é que realmente a ANA faça isso e não o Comitê de Bacia
220 Estadual, a gente vai se preocupar na verdade com os afluentes do Rio Cuiabá. O
221 Secretário Executivo diz que a participação do conselheiro Walter Junior na
222 expedição foi de grande valia para o Comitê. Colocada em votação a minuta de
223 Resolução CEHIDRO nº 172, de 09 de novembro de 2023, que aprova a ampliação
224 e consequente alteração da denominação do Comitê de Bacia Hidrográfica dos
225 Afluentes da Margem Esquerda do Rio Cuiabá, criado pela Resolução nº. 47, de 13
226 de setembro de 2012 e instalado pela Resolução nº 77, de 14 de maio de 2015,
227 restou aprovada por unanimidade, sem nenhuma alteração. Após, passou-se ao
228 próximo item da pauta, deliberar quanto a minuta de Resolução CEHIDRO nº 173,
229 de 09 de novembro de 2023, que aprova o calendário de reuniões do ano de 2024.
230 O Secretário Executivo expõe que as datas propostas seguem o acordado
231 anteriormente, sendo realizadas sempre na segunda quinta-feira do mês. Ocorre
232 que a 109ª Reunião Ordinária acontecerá no dia 14 de novembro de 2024, véspera
233 de feriado, o que faz com que os conselheiros acabem não comparecendo a
234 reunião. Solicita que os conselheiros se manifestem em manter essa data ou propor
235 nova data. Por fim, restou definido que a 109ª Reunião Ordinária ocorrerá no dia 07
236 de novembro de 2024. Posta em votação a minuta de Resolução CEHIDRO nº 173,
237 de 09 de novembro de 2023, que aprova o calendário de reuniões do ano de 2024,
238 a mesma restou aprovada por unanimidade. O conselheiro João Clímaco pede a
239 palavra. Diz que gostaria de fazer uma observação em relação a essas reuniões.
240 Diz ter notado, sobretudo nos Comitês Estaduais que existe no Mato Grosso, a
241 necessidade de rever essa metodologia das reuniões serem online, sobretudo
242 porque a gente está vendo que tem muitos no nosso segmento que não dispõem ou
243 não tem a prática de fazer reuniões online, até por falta de acesso à tecnologia e
244 amizade com essa prática. Propõe reuniões presenciais, principalmente dos
245 Comitês, para se ter uma integração maior com os outros membros do colegiado
246 principalmente no CEHIDRO, porque a gente teria, como é uma instância política,
247 não dá para a gente fazer contatos e aprofundar posicionamentos e até mudar
248 posicionamento sem ter às vezes o espaço privilegiado de conversa e de interação





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

249 com os outros membros do colegiado. No caso dos Comitês isso é mais grave,
250 porque muita gente da sociedade civil, das comunidades não tem essa cultura de
251 participar de reunião online. O Secretário Executivo diz entender o exposto pelo
252 conselheiro João Clímaco. No entanto, no caso do CEHIDRO, o regimento interno
253 prevê reuniões preferencialmente online e foi decisão da plenária se manter as
254 reuniões de forma híbrida. Diz que no caso dos Comitês isso pode ser discutido no
255 próximo ano, porém precisa se pensar também nas dificuldades enfrentadas pelos
256 membros do interior para participarem de uma reunião presencial. A conselheira
257 Leonice Lotufo pede a palavra. Diz que o CEHIDRO possui a atribuição de opinar
258 apenas em algumas questões dentro dos Comitês, mas que de modo geral eles são
259 autoridade máxima para tomar suas decisões. Salienta que cabe a cada Comitê
260 analisar e decidir de que forma serão suas reuniões. Diz acreditar que essa decisão
261 não cabe ao CEHIDRO. Na sequência, passou-se ao próximo item da pauta,
262 deliberar quanto ao PROCESSO N. 1008734-11.2023.8.11.0041 - Ação Civil
263 Pública (áreas úmidas/ Resolução CONSEMA nº 45/2022). O Secretário Executivo
264 expõe que a última informação que tem sobre esse assunto é que o juiz revogou
265 algumas partes da liminar anterior e a Resolução CONSEMA nº 45/2022 está em
266 vigor. Após, passa a palavra ao conselheiro João Clímaco, que foi quem propôs
267 esse item da pauta. O conselheiro João Clímaco expõe que entende que muito mais
268 do que aspectos formais, que foram adotados na discussão desse problema, a
269 gente tem de fato uma liminar que resgata, que aponta que há uma insuficiência de
270 marco regulatório, de marco gerencial por parte da política de recursos hídricos que
271 precisa ser contemplado. Então, basta ler a liminar que nós vemos que tanto
272 COSEMA como CEHIDRO tem uma missão de readequar para que a gente tenha
273 segurança jurídica nos processos, e não ficar esperando às vezes uma sentença
274 que pode demorar tanto tempo, e a gente tem um problema sério que não pode
275 estar resolvido, porque vai delegar ao judiciário esse papel. Diz que essa coisa
276 quando chega para ser decidida pelo judiciário é porque foi cômodo por alguns no
277 comitê deixar assim, mas às vezes esses temas eles interferem diretamente nos
278 usos da água no dia a dia. Então, a questão se torna mais atual merecendo uma
279 revisão dessa resolução para atender aspectos que foram colocados na liminar.





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

280 Salienta que não dá para a gente ficar assim, depois que o judiciário detecta o
281 problema a gente, pelo fato de estar no judiciário, vai esperar. Isso me parece um
282 pouco acomodado e até uma prevaricação se a gente for continuar com esses
283 vazios de legalidade, esperando que o judiciário diga se ele tem competências às
284 vezes, para dar encaminhamento às soluções que atende o problema. Diz ver que
285 a situação, no caso dessa liminar, merece uma revisão dessa resolução relacionada
286 a áreas úmidas e sugere que a Sema encaminhe no âmbito do comitê quais são os
287 pontos que a gente tem que conciliar e rever, considerando os alertados pelo
288 judiciário. Diz que nem precisaria chegar a esse nível se o Conselho tivesse uma
289 atuação mais incisiva, em que pese poder agradar alguns ou desagradar a outros,
290 mas que o Conselho tivesse essa atuação mais definitiva, cumprindo o seu papel.
291 O Secretário Executivo expõe que a Sema vai acatar o que a Subprocuradoria
292 determinou através de parecer. O conselheiro João Clímaco solicita que lhe seja
293 encaminhado cópia desse parecer. O Secretário Executivo se compromete a enviar.
294 A conselheira Alessandra Panizi pede a palavra. Diz que a gente precisa atualizar
295 algumas informações. Expõe que o juiz voltou num processo e suspendeu a liminar
296 por cento e vinte dias. Entretanto, como já tinha sido protocolado um agravo, que é
297 um recurso de uma das associações, de um dos sindicatos, esse agravo foi acatado
298 pelo tribunal de justiça. E esse agravo mandou suspender completamente essa
299 liminar, sem prazo determinado. O que isso representa dizer que, enquanto essa
300 liminar do agravo tiver vigente e depois quando for analisado o mérito, está tudo
301 suspenso, está suspenso as decisões, isso quer dizer que a resolução n. 45/2022
302 continua vigente. A Sema pode tomar todos os providimentos, todos os processos,
303 manter o ritmo normal, os prazos constantes na resolução permanecem vigentes e
304 assim por diante. Ninguém pode tomar uma decisão diferente do que está hoje aqui,
305 porque nós estamos hoje sob a égide judicial, não tem mais essa um querer de um
306 Conselho Estadual ou um querer de uma Secretaria. Diz que outra coisa que é
307 importante, é que no início do ano, nós pela Câmara Técnica de Integração, fomos
308 convocados a falar sobre esse assunto. Diz que, inclusive, é a presidente dessa
309 Câmara Técnica. Explica que dentro dessa situação, a Câmara discutiu sobre esse
310 assunto, e ficou muito claro, que o CEHIDRO não tem que discutir sobre esse





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

311 assunto de áreas úmidas, apesar de áreas úmidas estar relacionado com água, e o
312 CEHIDRO faz gestão de água, porém, nesse caso, nós estamos falando de
313 licenciamento ambiental. Diz que quando a gente fala de pivô de irrigação, de
314 outorga e assim por diante, não tem dúvida que é o CEHIDRO que vai reger essa
315 situação politicamente dentro do Estado. Todavia, a gente também tem essa
316 resolução e a resolução é muito clara, que fala a hora que você precisa de um pivô
317 de irrigação, você tem que seguir as normas técnicas já estabelecidas pelo
318 CEHIDRO e pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então, são dois
319 processos de licenciamento que vão andar pari passo, eu vou entrar vou discutir
320 minhas áreas úmidas e vou discutir solo e assim por diante, e dentro disso, quando
321 for aprovado, a Sema vai analisar se eu posso ou não ter uma outorga de captação
322 de água superficial ou subterrânea. Diz que os drenos não estão relacionados com
323 a outorga de água, o usuário não tem que ter outorga de água para ter dreno, o que
324 ele tem que ter é um licenciamento compatível com a realidade do solo naquele
325 local no caso em concreto. E quem vai ver essa viabilidade, é o termo de referência
326 da Sema relacionada a licenciamento. Tanto é verdade que lá eu tenho que fazer
327 EIA RIMA para os novos, um diagnóstico super pesado para os que já são atuais,
328 que já estão em funcionamento, e esse diagnóstico que vai fazer essa análise.
329 Momento algum ele faz outorga, depois ele vai para LP, LI e LO. Diz que não tem
330 outorga nesse procedimento, a não ser que o Conselho Nacional e uma lei venha
331 criando a obrigação de você ter uma outorga de vazão de água de dreno, porque
332 até então não existe uma norma requerendo. Explica que recursos hídricos cabe
333 uma legislação de cenário nacional, essas regras maiores gerais. Diz entender a
334 preocupação do CEHIDRO, mas como tem debatido muito esse assunto e vem
335 acompanhando isso ao longo do tempo, toda a situação da resolução, da questão
336 judicial, esteve na reunião junto com a OAB e assim por diante. Salaria que a OAB
337 tem um grupo formado, tratando disso dessa preocupação eminente. Diz que o que
338 está muito claro é que essa é uma competência do Conselho Estadual de Meio
339 Ambiente, o CEHIDRO já se pronunciou inicialmente acerca do assunto e ficou bem
340 deliberado e não restou dúvida, a época, de que a gente não está discutindo
341 recursos hídricos. Após, passou-se a palavra a conselheira Juliana Freitas. Diz que





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

342 gostaria de expor basicamente o que a conselheira Alessandra Panizi explicou.
343 Expõe que passou por uma situação essa semana, que inclusive o Sr. Luiz Noquelli
344 acompanhou, que diz respeito a um projeto, inclusive seu receio é que isso aconteça
345 com outros projetos também. Explica que o dreno precisa ser tamponado nessa
346 região, porém essa questão de suspensão, esse vai e volta da resolução nº 45/2022
347 do CONSEMA. E é tamponamento, não é nem essa resolução. Esclarece que
348 descobriu recentemente que é um TR, TR 321 para tamponamento de drenos, ou
349 seja é outro procedimento. Diz que ficou bastante tempo tentando resolver essa
350 situação, e essa semana descobriu que esse processo seria indeferido. E só faltava
351 isso, só faltava a regularização desse tamponamento, desse dreno. Toda a parte de
352 cálculo hidrodinâmico e das adequações dos poços do projeto estava tudo certo e
353 aí ele ia ser indeferido com base na resolução CONSEMA 45/2022. Salienta que
354 ficou bastante preocupada em relação a isso, e aí eu pedi posicionamento, ligou
355 para a SUIMIS, para a CLEIA, mandou e-mail e não teve retorno até agora.
356 Esclarece que não fez essa questão do tamponamento não porque não quis, mas
357 porque realmente não consegue encontrar um norte de como proceder para
358 tamponar. Diz que não entende por que indeferir o processo. Diz que conseguiu
359 paralisar essa análise por enquanto, mas ele ia ser indeferido, por conta do dreno
360 que precisa tamponar e a gente não tem diretrizes. Diz que descobriu uma diretriz
361 para área de uso restrito, o que não é o caso. Destaca que gostaria de entender
362 como é que isso vai funcionar. Após, passou-se a palavra a conselheira Pamela
363 Alegria. Diz que a OAB está nessa luta em relação a essas decisões judiciais
364 pertinentes à resolução 45/2022 do CONSEMA. Diz que exatamente o que a
365 conselheira Alessandra Panizi falou, a Resolução CONSEMA n. 45/2022 está
366 válida. Então, o que ela prevê deve ser obedecido. Expõe que a OAB esteve reunida
367 com o juiz do processo específico, e ingressou na ação como *amicus cure*,
368 justamente por conta dos prejuízos que a suspensão dessa resolução estava
369 causando. E além disso, a tratativa das áreas úmidas como se Pantanal fossem,
370 uma confusãozinha que aconteceu nesse interim, de uma lei que também tem
371 alguns artigos que estão sendo discutidos no Tribunal de Justiça. Então, são vários
372 acontecimentos dentro do mesmo tema que acaba deixando todo mundo confuso,





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

373 dentro da ordem cronológica das coisas. Diz entender também como a doutora
374 Alessandra falou, que nós do CEHIDRO, nesse momento, precisamos aguardar as
375 cenas dos próximos capítulos, porque essa é uma matéria que precisa ser discutida
376 além de tudo na questão do zoneamento. Precisamos definir efetivamente o que
377 são as áreas úmidas para que outras providências possam futuramente ser
378 tomadas. Diz entender que nós enquanto CEHIDRO poderíamos a um único pari
379 passo fazer uma resolução para diferenciar justamente esses pontos, que nós
380 tratamos das outorgas relacionadas à captação, que o licenciamento ambiental feito
381 pela resolução do CONSEMA é do setor específico do licenciamento ambiental. E
382 isso poderia ser discutido aqui por nós apenas e tão somente para nós traçarmos
383 exatamente essa diferenciação para que não haja essa conclusão no futuro. Explica
384 que a resolução do CONSEMA foi feita para suprir uma lacuna que nós tínhamos
385 muito antiga que era justamente a questão do licenciamento nessas áreas e mais
386 especificamente os drenos, que estava previsto no regimento ambiental estadual. E
387 até então não estava regulamentado e nós precisamos disso para que as
388 explorações das áreas possam ser feitas de forma efetiva, mas entendo também
389 que nós, o CEHIDRO, não temos como nos manifestar além do que fazer uma
390 diferenciação do que é área específica, de captação de outorga de nossa
391 competência e do que é licenciamento ambiental. Após, passou-se a palavra ao
392 conselheiro João Clímaco. Que diz entender que há mais de um olhar sobre o meu
393 problema, e o que eu falei anteriormente é que nós, ou melhor os documentos e a
394 própria liminar, detecta que há um problema. De fato ela não está dizendo que tem
395 um problema que tem que ser resolvido, a própria conselheira Pamela entendeu
396 que tem um detalhe que precisa ser olhado pelo CEHIDRO. Diz não conseguir ver
397 quando você usa a água de alguma maneira, seja de dreno ou qualquer outra,
398 principalmente de dreno, no caso do bioma Pantanal, essa questão tem uma
399 conotação especial senão não estava sendo objeto de análise e de posicionamento
400 do judiciário. Diz que o fato de ter um trâmite que diz que está ou não valendo, não
401 é a questão que ele está colocando aqui. E sim o fato que tem um problema
402 colocado, a liminar aponta isso, e que ele fica ainda pendente para o CEHIDRO
403 adotar, adequar ou reavaliar a resolução, porque isso não vai tirar o problema. O





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

404 fato de ter uma resolução não vai tirar o problema, facilita talvez um processo de
405 tomada de decisão técnica mas sob o ponto de vista de uso da água, ter um dreno
406 ou não significa uma forma de uso. Defende que há um ambiente de dúvida, e que
407 é uma pena que o CEHIDRO ainda não aprofundou para evitar essas
408 interpretações, não se aprofundou no processo decisório para esse caso, para evitar
409 que esse assunto fique judicial, quando na verdade, o próprio CEHIDRO, no que
410 lhe cabe, teria condições de se posicionar. Diz não concordar e defende que dreno
411 é uma forma de uso. O Secretário Executivo informa que a Resolução CEHIDRO nº
412 164 de 11 de maio de 2023, determina que após a regularização da área drenada
413 para a atividade de irrigação pelo setor de licenciamento ambiental, as análises de
414 outorga seguirão os procedimentos já instituídos na SURH/SEMA, por meio das
415 normativas aprovadas pelo CEHIDRO. Ressalta que a área de licenciamento da
416 Sema está estruturada, com os termos de referência para a regularização dos
417 drenos que estão em perfeito funcionamento, e foi em função disso que saiu a
418 resolução CONSEMA nº 45/2022. Após, passou-se a palavra a conselheira Anny
419 Dornelles. Que diz que é justamente isso que gostaria de colocar, porque essa
420 Resolução CEHIDRO nº 164/2023, aprovada aqui, diz que para liberar outorga tem
421 que ter regularizado os drenos nessas áreas, porém as áreas que estão fora da
422 base de uso restrito ainda não tem termos de referência para regularização dos
423 drenos. Diz que é esse o caso exposto pela conselheira Juliana. Defende que essa
424 discussão deve ser levantada pela plenária. O Secretário Executivo diz que o
425 procedimento deve ser discutido internamente pela Sema. Solicita que a
426 conselheira Juliana envie a demanda por e-mail, que irá verificar junto aos setores
427 competentes. Após, passou-se a palavra ao conselheiro Walter Junior. Que diz que
428 trabalhou doze anos na outorga de água superficial e irá usar também a questão de
429 ser especialista em recursos hídricos. Diz que ainda trabalha com a parte de água
430 superficial, barragens, e tudo mais, sendo um especialista em recursos hídricos
431 mesmo. Diz que concorda plenamente com o conselheiro João Clímaco, e que
432 inclusive a Política Nacional de Recursos Hídricos remete que é passível de outorga
433 também usos que de forma direta ou indireta interfiram na quantidade e na
434 qualidade da água. Então, essa parte do dreno com certeza se enquadra





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

435 diretamente nesse inciso da legislação. Porém, concorda com as falas das doutoras
436 Pamela e Alessandra, que assim como é um conceito de ordem geral isso tem que
437 partir realmente primeiramente, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, até
438 porque a gente não tem ainda formas técnicas, analítica matematicamente, para
439 fazer uma análise que considere a integração dessa parte de água superficial e
440 subterrânea, porque o dreno conceitualmente ele estaria no viés ali do
441 subsuperficial. E ainda não há critérios técnicos, e isso a nível mundial. Então, isso
442 ainda parece uma demanda de estudo. Sugere ao conselheiro João Clímaco, que
443 tem acesso ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que faça uma provocação
444 para os membros do Conselho Nacional, porque assim a gente sabe que essas
445 questões de drenagem ela viabiliza o agronegócio no Brasil todo, não só em Mato
446 Grosso. Então, tem que partir primeiramente, com certeza, de um critério geral.
447 Nesse contexto, diz entender que a posição que o CEHIDRO tomou, até o momento,
448 é o possível. Então, nesse momento aqui o licenciamento que realmente deve criar
449 os critérios, o norteamento para que se mitiguem os impactos ambientais de
450 maneira geral. Após, passou-se a palavra ao conselheiro Gabriel Mancilla. Que diz
451 que a APROFIR esteve em algumas reuniões com a CAPIA/SUIMIS e estivemos
452 discutindo a questão do Termo de Referência 200, que fala sobre a licença de
453 operação para a regularização de drenos já existentes com o uso do solo para
454 agropecuária, indistintamente das áreas úmidas ou não. Então, é de nosso
455 conhecimento a necessidade que os proprietários têm de poder regularizar a parte
456 dos drenos para conseguir suas outorgas e isso daí está provocando um atraso.
457 Então, fomos atrás de observar o que está acontecendo com este termo de
458 referência. Explica que este termo de referência tem uma conotação extremamente
459 incisiva no que trata da classificação de solos. Então, nós fizemos um estudo para
460 ver em função do que essa classificação de solo está atualmente existente, como
461 ela está baseada e como poderíamos melhorar essa classificação de solos. Então,
462 o problema não está dentro do âmbito dos recursos hídricos, ele está no âmbito do
463 licenciamento, que é a SUIMIS. Então observamos a necessidade de poder
464 densificar esses pontos de amostragem portas e trincheiras para poder fazer uma
465 classificação que possa condizer com o tamanho das propriedades, porque a base





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

466 que nós temos, nos permite apenas uma escala em análise de um para dois, cem,
467 quinze mil e uma propriedade para ter uma base assim, de análise de uso de solo,
468 teria que ter pelo menos uma escala de um para vinte mil. Então, essa necessidade
469 é uma tarefa bastante ampla, ela precisa de muitos recursos e nós temos uma
470 proposta que estava discutindo junto a FAMATO, junto a Sema para apresentar um
471 plano de mapeamento que permita a formação de um banco de dados que possa
472 paulatinamente da forma como está sendo solicitadas às licenças, paulatinamente
473 ele possa atender essa demanda de uma classificação de solos mais adequados.
474 Ao mesmo tempo de permitir que o termo de referência 200 considere algumas
475 variáveis, que não foram consideradas, que por isso nessas discussões está um
476 professor especialista de solos, fazendo toda essa montagem desse instrumental
477 que permita fazer esse levantamento. Diz acreditar que assim, a gente não deixa a
478 questão dos drenos em áreas úmidas parado, que se possa permitir uma
479 compreensão melhor das áreas de uso restrito, e conseguiremos dar segurança ao
480 gestor público, aos produtores, porque ninguém quer ficar produzindo dez, vinte
481 anos e depois aquilo virar um deserto. Ninguém vai querer que sua propriedade vire
482 um deserto, ou seja, o solo simplesmente morra. Diz acreditar que essa metodologia
483 já está com aplicativo montado em vias já de demonstração a campo. E, tudo isso
484 no âmbito do licenciamento. Defende que tirar essa discussão do CEHIDRO não é
485 simplesmente uma visão simplista, é colocar as coisas no seu devido lugar. Salieta
486 que o CEHIDRO irá se beneficiar posteriormente com esse mapeamento e ele vai
487 poder ter condições também de gerenciar a parte de áreas úmidas, fazer um
488 gerenciamento muito mais consistente, muito mais seguro, visando a
489 sustentabilidade. Após discussões, o conselheiro João Clímaco propõe que a
490 Resolução CEHIDRO nº 164, de 11 de maio de 2023 retorne para a Câmara Técnica
491 de Integração CEHIDRO/CONSEMA para nova discussão, pois entende ter lacunas
492 que precisam ser consideradas e/ou reanalisadas. Colocada em votação a proposta
493 do conselheiro João Clímaco, votaram a favor da proposta: ABAS; CBH RH
494 AMAZÔNICA V02; e, FONASC. Votaram contra a proposta do conselheiro João
495 Clímaco: SEMA; SINFRA; SEAF; SES; SEDEC; CREA; UFMT; ABES; OAB; CBH
496 RH AMAZÔNICA V01; CBH RH TOCANTINS-ARAGUAIA V01; FAMATO; FIEMT;





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

497 INSTITUTO AÇÃO VERDE; APROFIR; ITEEC BRASIL e AGEMAT. Registra-se a
498 abstenção: ABRHidro; IESCBAP e SINDENERGIA. Sendo assim, por maioria dos
499 votos, restou definido que a Resolução CEHIDRO nº 164, de 11 de maio de 2023
500 não retornará para a Câmara Técnica de Integração CEHIDRO/CONSEMA para
501 nova discussão. A conselheira Juliana Freitas pede a palavra. Diz que busca um
502 direcionamento quanto as áreas que estão fora da área de uso restrito, pois não
503 tem TR, o TR 200 não trata disso. A conselheira Anny Dornelles explica que
504 acontece que, no caso exposto pela conselheira Juliana, ela entrou com pedido para
505 tirar outorga subterrânea. E o processo estava para ser indeferido por conta de um
506 pedido para regularizar esses drenos, mas esses drenos estão fora da base de uso
507 restrito. E hoje, não tem termo de referência específico para isso. Seria o
508 procedimento de LP, LI e LO, porém não existe isso dentro da Sema, então entende
509 que a conselheira Juliana não pode ser impactada no seu processo. O conselheiro
510 Gabriel Mancilla explica que o TR 200 não se refere apenas a áreas de uso restrito,
511 trata de áreas urbanas, áreas rurais. Então assim, o TR apenas fala que para áreas
512 de uso restrito, tem que ter uma caracterização morfopedogenético. Salienta que o
513 que há de problema em relação há esse TR 200 é que a caracterização que foi
514 adotada, é uma caracterização ampla ou seja considerado uma escala de análise
515 extremamente inadequada, um para duzentos e cinquenta mil. Então, essa escala
516 ela realmente leva o tipo de solo considerado a desconsiderar alguns tipos de solo
517 que possam permitir tecnicamente a exploração do imóvel. Então, essa
518 caracterização que precisa ser mais detalhada, e permita a possibilidade de
519 incorporação de áreas ao cenário produtivo. Destaca que é justamente isso que
520 está sendo discutido, a densificação de amostragens para poder caracterizar e
521 inserir feições de variações de tipos de solo que possam permitir a aprovação
522 desses projetos de drenagem, porque da forma como está, tudo vai ser reprovado.
523 Expõe que ela foi pelo máximo princípio de cautela e acabou envolvendo realmente
524 áreas que podem ser consideradas, que estão sendo exploradas e que elas não
525 apresentam nenhum tipo de degradação com relação ao seu uso nos últimos vinte
526 anos. A conselheira Juliana Freitas questiona que então, mesmo fazendo seguindo
527 esse TR 200, que é válido para essa área, você disse que não vai ser aprovado





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

528 porque é extremamente restrito. O conselheiro Gabriel Mancilla responde que
529 exatamente. O Secretário Executivo propõe que a conselheira Juliana Freitas
530 encaminhe seu questionamento ao setor de licenciamento. Ainda quanto ao item 7.
531 da pauta, o conselheiro João Clímaco faz suas considerações finais. Diz que à luz
532 do que foi colocado aqui, não por ele, mas por outros companheiros, existe lacunas
533 que precisam ser resolvidas a nível de decisão de conselhos. Argumenta que o
534 CEHIDRO está tomando uma decisão equivocada e que não se remete a uma
535 responsabilidade que todos nós temos, como é sempre dito, a gente tem uma
536 função pública e estamos sujeitos a ser omissos num problema porque a gente não
537 olhou as várias frentes do problema. E isso é uma lacuna que o CEHIDRO está se
538 omitindo de tomar uma decisão, de dar um encaminhamento. Diz que como membro
539 de comitê, do conselho, não quer ser responsável e nem ser acusado de
540 prevaricação diante de um problema de caráter geral, só para dar satisfação para
541 um tipo de uso e é preciso que a luz do que foi falado aqui até os encaminhamentos
542 já foram sugeridos que merecem o nosso olhar melhor. Diz lamentar pela decisão
543 e acredita que o conselho não cumpriu com a sua função de dar à sociedade um
544 quadro de referências para poder tanto o setor rural como outras demandas da
545 própria natureza serem objeto de uma decisão sustentável. A conselheira Juliana
546 Freitas solicita que os processos que estão com essa pendência de análise de
547 drenos, não sejam indeferidos pelo setor de outorga. O Secretário Executivo solicita
548 que a conselheira encaminhe o número desses processos para a Superintendência
549 de Recursos Hídricos, que verificará com o setor de outorga para que se suspenda
550 esses processos até que se resolva essa questão com o setor de licenciamento. Na
551 sequência, passou-se ao último item da pauta, os informes. O Secretário Executivo
552 informa que o processo SEMA-PRO-2022/20646 que trata da minuta de Decreto
553 que substitui o Decreto nº 784, de 18 de janeiro de 2021, foi enviado para a Casa
554 Civil em 09/11/2023, para providências. O conselheiro João Clímaco pergunta se é
555 possível que o Secretário Executivo dê informações sobre como anda o processo
556 de encaminhamento relacionado à cobrança de recursos hídricos, bem como
557 gostaria de mais detalhes sobre os procedimentos relacionados a dispêndio, como
558 passagem e similares. Expõe que foram tomadas decisões de alguns comitês de





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

559 bacia do Mato Grosso, relacionados à participação em eventos, que não tem um
560 consenso na plenária em relação a quem vai, e essa coisa precisa estar mais
561 esclarecida e além dessa questão da cobrança, esse tipo de dispêndio precisa ser
562 mais organizado. Diz que viu que no caso do ENCOB teve decisões muito
563 unilaterais de tomada de decisão para participação, e acredita que como tem em
564 outros lugares a gente deveria ter isso mais normatizado para que possamos
565 cumprir princípios da gestão pública de maneira mais eficaz. E que os comitês de
566 bacia também organizem, avaliem e atualizem seus regimentos para esse novo
567 tempo. O Secretário Executivo explica que sobre o direito de cobrança, não
568 encaminhamos nenhum decreto de cobrança. Ocorre que está tendo uma
569 discussão levada a Assembleia legislativa, na comissão de meio ambiente, que foi
570 levada pelo Fórum Estadual de Comitês, que foi quem levantou essa discussão,
571 porém não tem nada oficial ainda que a gente possa estar divulgando ou
572 compartilhando. Quanto as despesas dos Comitês de Bacias, explica que tudo é
573 feito com base no plano de aplicação, tudo é feito levando em consideração as
574 regras do, até então, programa PROCOMITÊS e é tudo aprovado em plenária pelos
575 comitês de bacias e depois aprovado pelo Fórum Estadual de Comitês de Bacias.
576 Destaca que cada Comitê tem a sua autonomia, e leva em consideração todos os
577 questionamentos de legalidade e sempre acompanhando o plano orçamentário, e o
578 plano de trabalho aprovado sempre para as suas atividades. Isso não quer dizer
579 que não possa ser discutido esse tema dentro dos Comitês. A conselheira Juliana
580 Freitas pergunta quanto as respostas dos questionamentos feitos pela AGEMAT a
581 respeito do sistema Siga Hídrico, encaminhados via e-mail. O Secretário Executivo
582 responde que as respostas foram finalizadas hoje e verificará se conseguirá envia-
583 las ainda hoje aos conselheiros. O conselheiro José Roberto pergunta como anda
584 os encaminhamentos a respeito do mapeamento hidrogeológico. O Secretário
585 Executivo responde que o TR está pronto, mas há questões administrativas do
586 governo. Explica que em razão de ser uma contratação muito diferente, pediram
587 para que a gente aguarde a abertura do orçamento em 2024. Então, devemos
588 aguardar e seguir as novas diretrizes governamentais. O conselheiro José Roberto
589 expõe que não entende, porque o governador se mostra tão preocupado com





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

590 irrigação e tem um recurso que independe do orçamento do estado, que é o recurso
591 do FEHIDRO, que já está disponível. Então, não dá para entender, se tratando de
592 um processo tão importante como esse. O Secretário Executivo explica alguns
593 passos administrativos do TR e expõe que a equipe despende muito tempo fazendo
594 e refazendo o TR, o que gera certo desgaste. Então, também gostariam de mais
595 agilidade nos processos administrativos, mas devemos seguir o que está
596 determinado em lei. O conselheiro José Roberto pergunta se não cabe uma atitude
597 do CEHIDRO como uma moção, por exemplo. O Secretário Executivo responde que
598 acredita que não surtirá efeito algum nesse caso, e que devemos aguardar os
599 procedimentos administrativos. O conselheiro José Roberto pergunta quanto a
600 análise dos processos no sistema Siga Hídrico. A conselheira Ellen Pantoja responde
601 que hoje temos um passivo de 157 processos para distribuição na GOUT, na
602 GASUB 630 processos, e análise conjunta GOUT/GASUB 31 processos. Salaria
603 que a equipe também vem lidando com as quedas e lentidão no sistema, que
604 ocorrem vez ou outra. O conselheiro José Roberto expõe o problema do sistema
605 Siga Hídrico em gerar a guia de pagamento da taxa. A conselheira Ellen Pantoja diz
606 que existem falhas do sistema sim, como esse citado, porém não está relacionado
607 com ações da SURH. O Secretário Executivo expõe que existem percalços, mas as
608 vezes não é o Siga Hídrico em si, mas outro sistema vinculado a ele. Destaca que
609 a Sema está empenhada em solucionar todos esses empasses para que em breve
610 possamos estar com todos os sistemas funcionando perfeitamente. A conselheira
611 Ellen Pantoja apresenta os dados de entrada e saída de processos da GASUB,
612 incluindo outorga e cadastro, nos anos de 2020 (entrada:1340; saída:1705), 2021
613 (entrada:2190; saída:2248), 2022 (entrada:1967; saída:2093) e 2023 (entrada:1616;
614 saída:1400). Salaria que devemos considerar que na GASUB nos anos de 2022 e
615 2023, ainda foram emitidos muitos títulos em processos físicos. O conselheiro José
616 Roberto pergunta por que o número de processos saindo é maior do que o número
617 de processos dando entrada. A conselheira Ellen Pantoja responde que anterior ao
618 ano de 2020 houve um período em que se deu a entrada de mais processos do que
619 saiu. Após esse período, com ações como a de contratação temporária, houve uma
620 saída maior de processos. Esclarece que no ano de 2023 se verifica um maior





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

621 número de processos dando entrada do que saindo, isso em razão de termos mais
622 processos digitais do que físicos. Aponta que as dificuldades que o sistema tem
623 apresentado tem prejudicado a emissão de títulos da maneira como o setor vinha
624 fazendo nos anos anteriores, que praticamente não tinha passivo e estava dentro
625 do prazo. O conselheiro José Roberto pergunta qual é o passivo atual. A conselheira
626 Ellen Pantoja responde que na GASUB hoje temos 630 processos a serem
627 distribuídos. Explica que o que está chamando de passivo aqui, é aquele processo
628 que não teve nenhuma análise, ou seja, aquilo que ainda não foi distribuído para
629 análise. Diz que devemos considerar que existem processos que foram analisados
630 e emitido ofício de pendência, que foi solicitada a revisão do requerimento e etc. O
631 conselheiro José Roberto pergunta quantos processos estão em análise. A
632 conselheira Ellen Pantoja responde que não temos essa resposta, pois o Siga
633 Hídrico não dá essa informação. Após, a conselheira Ellen Pantoja apresenta os
634 dados de entrada e saída de processos da GOUT, incluindo outorga e cadastro, nos
635 anos de 2020 (entrada:690; saída:439), 2021 (entrada:681; saída:566), 2022
636 (entrada: 790; saída:266) e 2023 (entrada:576; saída:537). Salienta que devemos
637 considerar que na GOUT no ano de 2022 temos uma entrada maior de processos
638 porque boa parte do passivo que existia até dezembro de 2021 teve que migrar para
639 o Siga Hídrico. E, em função daquele momento inicial, aonde toda a parte de
640 balanço hídrico não estava disponibilizado dentro do sistema Siga Hídrico, a equipe
641 só pôde começar as análises dos processos em meados do mês de julho/2022. Diz
642 que o passivo da GOUT hoje é de 157 processos para serem distribuídos para
643 análise. Esclarece que esse número não leva em consideração aqueles processos
644 que já foram analisados e estão com alguma pendência, aguardando
645 complementação, revisão e etc. O Secretário Executivo diz acreditar que logo essas
646 pendências serão resolvidas e as análises serão normalizadas. O conselheiro
647 Ibraim Fantin pede a palavra. Diz que gostaria de compartilhar uma situação com
648 os presentes. Que a prefeitura de Tangara da Serra está assumindo a atribuição de
649 outorga. Faz a leitura dos artigos dois e três do Decreto municipal, para exemplificar.
650 Diz entender que o que é trazido nesse decreto não é atribuição da Prefeitura
651 municipal. O Secretário Executivo diz concordar com o conselheiro Ibraim e solicita





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

652 que lhe seja enviado esse decreto, para que faça os devidos encaminhamentos.
653 Salienta que a outorga é única e exclusivamente do governo do estado de Mato
654 Grosso para rios e água subterrânea de domínio do estado, não tem o município
655 competência para legislar sobre esse assunto. Diz que manterá o conselheiro Ibraim
656 Fantin informado quanto aos encaminhamentos desse assunto, principalmente
657 porque é o presidente do CBH Sepotuba. Após, divulga o 1º Simpósio Estadual
658 sobre Segurança de Barragens, que acontecerá de 18 a 20 de dezembro de 2023,
659 das 07h30 às 18h. Divulga também o Simpósio que vai acontecer na região de
660 Juscimeira, onde estaremos dialogando com a sociedade local e atendendo a
661 demanda do Comitê de Bacia São Lourenço. Diz que acontecerá também a reunião
662 da ABRHidro, um Simpósio em Aracaju, e atrelado a ele a última reunião do ano do
663 Fórum Nacional de Comitês de Bacias, bem como a reunião dos Órgãos Gestores.
664 Salienta que temos muitas ações a serem desenvolvidas, mesmo faltando um mês
665 e pouco para o final do ano. A conselheira Leonice Lotufo complementa dizendo
666 que ocorrerá a primeira reunião do Fórum Latino Americano também nesse evento
667 da ABRHidro. O conselheiro João Clímaco reitera que as decisões quanto a
668 participação de membros de comitês nesses eventos, para efeito de contemplar o
669 princípio da transparência da gestão pública, sejam decididas mais horizontalmente
670 no âmbito dos comitês, ou seja, que essas decisões sejam não unilateralmente da
671 diretoria, mas que a decisão seja tomada pela plenária, de maneira mais
672 transparente. A conselheira Leonice Lotufo diz que gostaria de esclarecer alguns
673 fatos. Informa que já tem três reuniões que a mesma, como representante de
674 Comitê de Bacia dentro do Fórum Estadual e participando como coordenadora do
675 Fórum Nacional, está bancando do próprio bolso todas as suas participações,
676 porque os Comitês de Bacias do nosso estado não têm mais recursos desde quando
677 nós sinalizamos em concordância com todos os Comitês de Bacias a participação
678 no ENCOB, levando o máximo de pessoas para o evento. Salienta que desde antes
679 da reunião do ENCOB, já estava bancando as suas participações em reuniões
680 porque tem a hombridade de arcar com os seus compromissos. O Secretário
681 Executivo esclarece que as decisões sobre a participação em eventos são tomadas,
682 via de regra, pela plenária. No entanto, se houve algum equívoco, que seja





Governo de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

683 apontado o que aconteceu para que possamos verificar. Esclarece que os recursos
684 disponibilizados para qualquer tipo de viagem aos Comitês de Bacias saíram única
685 e exclusivamente do programa PROCOMITÊS. Por fim, nada mais havendo a
686 declarar o Secretário Executivo encerra a reunião às 16h44min e eu, Danielly Guia
687 da Silva, lavrei está ATA que será assinada pela Presidente e pelo Secretário
688 Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

689

690

691 **Mauren Lazzaretti**
692 Presidente do CEHIDRO

Luiz Henrique Magalhães Noquelli
Secretário Executivo do CEHIDRO



SEMADIC202404941